



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

**DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NO BRASIL: UMA ABORDAGEM
TERMINOLÓGICA**

DIMENSIONS OF ARCHIVAL PUBLIC POLICIES IN BRAZIL: A TERMINOLOGICAL APPROACH

Juliana Loureiro Alvim Carvalho – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Ana Célia Rodrigues – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Renato de Mattos – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: As políticas públicas arquivísticas são indispensáveis para se pensar melhorias relacionadas à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos, bem como informações públicas. O objetivo deste trabalho é discutir as dimensões da política pública arquivística na perspectiva dos termos e conceitos utilizados no Brasil. Pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritiva, que se desenvolve a partir do método de pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura nos principais periódicos da área da Arquivologia, em dicionários de terminologia arquivística, assim como consulta aos Anais do Congresso Brasileiro de Arquivologia e o Mensário do Arquivo Nacional do Brasil. Os resultados indicam a ocorrência dos termos: política pública arquivística; política nacional de arquivo; política de arquivo; política brasileira de arquivo; política arquivística; muitas vezes tratadas como sinônimos, mas que, entretanto, não são. Apontam, ainda, para lacunas nos dicionários do campo da Arquivologia em relação à definição do conceito de políticas públicas arquivísticas. Como considerações, a partir da análise da literatura da área, percebe-se poucos marcos teóricos e definições similares, sugerindo-se, assim, desdobramentos e novos estudos na Arquivologia sobre a temática.

Palavras-chave: política pública arquivística; política nacional de arquivo; política arquivística; política brasileira de arquivo.

Abstract: Archival public policies are indispensable for thinking about improvements related to the management, preservation and access to documents and public information. The aim of this paper is to discuss the dimensions of archival public policy from the perspective of the terms and concepts used in Brazil. This is a qualitative, exploratory and descriptive study based on the bibliographical research method, with a literature review of the main archival journals, dictionaries of archival terminology, as well as a consultation of the Annals of the Congresso Brasileiro de Arquivologia and the Mensário do Arquivo Nacional. The results indicate the occurrence of the terms: archival public policy; national archival policy; Brazilian archival policy; many of which are treated as synonyms, but which, however, are not. They also point to gaps in dictionaries in the field of Archival Science in relation to defining the concept of archival public policy. As a conclusion, based on an analysis of the literature in the area,

there are few theoretical frameworks and similar definitions, suggesting the need of further developments and new studies in Archival Science on the subject.

Keywords: archival public policy; national archives policy; archival policy; Brazilian archival policy.

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é o estudo teórico das políticas públicas arquivísticas no Brasil. Trata-se de recorte da pesquisa de doutorado intitulada “Os arquivos municipais no contexto das políticas públicas arquivísticas das capitais dos Estados do Brasil”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), com bolsa da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Compreende-se que as políticas públicas colocam o governo em ação, na visão de Souza (2006) e, também, a ação e a não ação de um governo na perspectiva de Dye (2013). Ao pensar em políticas públicas arquivísticas, remete-se a melhorias de uma determinada situação, sejam essas melhorias referentes à gestão de documentos de todo o ciclo de vida, ao acesso à informação e, principalmente, à contribuição que trazem pela garantia de direitos e, conseqüentemente, pela construção da cidadania.

Para Jardim (2003a), a política pública arquivística seria uma das dimensões da política de informação. Apesar disso, esse autor mencionou que pode ser possível detectar situações nas quais políticas públicas arquivísticas são concebidas e implementadas – normalmente sem muito sucesso – ignorando-se as demais políticas públicas de informação existentes. Da mesma forma, são frequentes as situações nas quais políticas públicas de informação – muitas vezes em esfera nacional – desconhecem as peculiaridades do universo arquivístico.

Silva e Venâncio (2018) relataram também, anos depois da abordagem de Jardim (2003a), que a política arquivística estava contida numa política de informação, pois era parte integrante dos sistemas regionais ou nacionais que regulam esse campo. Para eles, “as políticas públicas de informação não só são capazes de interseções com as políticas arquivísticas, como muito dependem delas” (Silva; Venâncio, 2018, p. 3107).

Couture (1998, p.6, tradução nossa) salientou que os “governos devem estar convencidos do caráter essencial de uma política de arquivos, ferramenta essencial para sua ação política, econômica e social”.

O lugar que as políticas arquivísticas ocupam no século XXI seria o de colocar o compromisso dos arquivistas a serviço da cidadania, da estrutura jurídica das instituições e dos envolvidos sobre todos os fracos e marginalizados (Vázquez, 2015). Apesar desses autores terem apontado o termo política arquivística, compreende-se que, nesses casos, há aproximação com o que se entendeu por política pública arquivística, categoria optada neste trabalho.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é discutir as dimensões da política pública arquivística na perspectiva dos termos e conceitos utilizados no Brasil. Para isso, foi necessário entender o início dos debates no Brasil, a fim de distinguir os termos: política pública arquivística; política nacional de arquivo; política de arquivo; política brasileira de arquivo e política arquivística; visto que, muitas vezes, são tratadas como sinônimos, mas que, entretanto, não são.

Os resultados apontam para pulverização do termo, quando utilizado para definir as políticas públicas arquivísticas no Brasil. Dessa maneira, a compreensão de uma terminologia que, apesar de muito usada na Arquivologia, costuma apresentar certo relativismo durante o uso. A política pública arquivística, conforme apontado por outros autores, em especial Jardim (2010b), precisa de aprofundamento teórico.

2 METODOLOGIA

Pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritiva. Com a finalidade de compreender a terminologia utilizada para discutir as dimensões das políticas públicas arquivísticas, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, levantamento bibliográfico que se desdobrou em uma revisão de literatura: 1) livros; 2) periódicos (portal de periódicos da CAPES e Revista Arquivo & Administração - editada entre 1972 até 2012); 3) dicionários de terminologia arquivística; 4) anais de evento (especificamente os Anais do Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), por ser o 1º Congresso em âmbito nacional voltado à área); e o 5) Mensário do Arquivo Nacional, que foi um meio de divulgação destinado a difundir o acervo da instituição durante o período de 1970-1982.

Os critérios metodológicos utilizados para a delimitação das fontes de pesquisa (a Revista Arquivo & Administração, os anais do CBA e o Mensário do Arquivo Nacional) foram por se tratarem de fontes produzidas desde a década de 1970 na Arquivologia, tendo em vista

que essa década correspondeu um marco para a história da área no Brasil, como, por exemplo: a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), a regulamentação da profissão (a partir da Lei nº 6546, de 4 de julho de 1978), o primeiro congresso de Arquivologia em âmbito nacional e a inserção do curso em nível universitário.

Após o levantamento e análise dos dados, observa-se que não há uma padronização, posto que a pesquisa encontrou diferentes termos. Desse modo, realizou-se uma busca de todos esses termos tanto no singular como no plural, na intenção de esclarecer as cinco categorias, sendo: 1) política pública arquivística; 2) política nacional de arquivo; 3) política de arquivo; 4) política brasileira de arquivo e 5) política arquivística, que fundamentam esta discussão teórica.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NO BRASIL: TERMOS E CONCEITOS NA LITERATURA

A primeira menção encontrada sobre o termo políticas públicas arquivísticas, em periódico nacional¹, foi na revista *Arquivo & Administração*, de 1972, que apresentou o surgimento da revista *Archivum*. O cenário de criação dessa revista foi I Congresso Internacional de Arquivos, em 1950, organizado pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA). O primeiro número da *Archivum* foi dedicado ao Congresso, com a finalidade de apresentar ao público os problemas dos arquivos e as inúmeras dificuldades dos arquivistas. Foi apontada a grande necessidade de uma política de arquivos, sem a qual eles continuariam a ser depósitos de papéis velhos e teriam um aumento significativo de documentos, sem métodos de classificação e sem inventários de seus fundos, já que os arquivistas se habituaram a trabalhar com dificuldades e falta de recursos (Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1972a). Também em 1972, o Mensário do Arquivo Nacional, na edição 1, Nelly Tourinho² destacou no texto denominado: Arquivo Nacional, nesse texto a autora afirmava que o estatuto dessa instituição estabelecia atribuições e política arquivística [...] (Tourinho, 1972).

¹ No cenário internacional, localizou-se na revista *The American Archivist* (volume 2, número 3, de julho de 1939) Robert Binkley, historiador norte-americano, escreveu um artigo denominado: *Strategic Objectives in Archival Policy*, no qual pontuou que “o objetivo da política arquivística num país democrático não pode ser meramente o armazenamento de papel; deve ser nada menos do que o enriquecimento da consciência histórica completa do povo como um todo” (Binkley, 1939, p. 168, tradução nossa).

² Nelly Saroldi Japiassu Tourinho foi professora da Faculdade Santa Úrsula e cursou o Curso Permanente de Arquivos, do Arquivo Nacional.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Em 1973, o editorial da *Arquivo & Administração* ressaltou o exemplo da política nacional de arquivos, implantada pelas grandes revoluções que se verificaram na França, em 1789, e na Rússia, em 1917 e que conquistaram fraca adesão. A partir disso, todos os países economicamente desenvolvidos contavam com uma estrutura racional que disciplinava o recolhimento, a preservação e a utilização do seu patrimônio documental. Essa publicação reforçou ainda a necessidade de um Sistema Nacional de Arquivos para o Brasil e as várias oportunidades dessa concretização na década de 1960, uma vez que houve a elaboração de um anteprojeto. Além disso, José Pedro Pinto Esposel³ apontou que, no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, a iniciativa da criação de um sistema foi retomada (*Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1973b*).

No Mensário do Arquivo Nacional do ano de 1975, na edição 3, que trazia o relatório de atividades do ano de 1974 dessa instituição, mencionou a recomendação na Conferência Intergovernamental promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1974, na qual reforçava que o Sistema Nacional de Documentação, Bibliotecas e Arquivos caberia o comando normativo da política arquivística no país (*Lima, 1975*).

A revista *Arquivo & Administração*, de nº 3, referente ao ano de 1976, expôs o relatório sobre as atividades do VIII Congresso Internacional de Arquivos e do Seminário Interamericano sobre Cooperação Regional para o Desenvolvimento de Arquivos, ocorrido em Washington, no mesmo ano do referido periódico. O relatório foi elaborado por Nilza Teixeira Soares, com a colaboração de José Pedro Pinto Esposel. Nesse Seminário, especificamente no subitem destinado aos auxiliares de pesquisa, descrição e guias, o presidente da sessão, Gunnar Mendoza, afirmou que o censo dos arquivos era uma necessidade, pois poderia mostrar a realidade arquivística de um país, além de ser útil para o usuário e necessário para fins de planejamento. Para ele, esse censo era fundamental para uma política de arquivos, com definição de objetivos, estratégia de ação e meios disponíveis. A adoção de uma política arquivística para cada país era essencial, ressaltou Mendoza (*1976*).

No III Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em 1976, as sessões plenárias apresentaram trabalhos abordando diversos temas, dentre eles a política brasileira de arquivo

³ Jose Pedro Pinto Esposel – um dos fundadores e primeiro presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) – em 1971 – teve um papel fundamental no reconhecimento da profissão e no desenvolvimento e na institucionalização da Arquivologia no Brasil.

e o Plano Nacional de Cultura estiveram em debate. Na palestra sobre a política brasileira de arquivo, Esposel (1976) destacou a inexistência dessa política e que esse tema era uma das principais metas da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), fato esse que comprova a participação do associativismo como grupo de interesse⁴ na luta pela construção da política nacional de arquivos. Esse autor ressaltou alguns assuntos fundamentais para uma política de arquivos, sendo: 1) a formação, mencionando as iniciativas de transformar o curso de Arquivologia em nível universitário, especificamente, o Curso Permanente de Arquivo (CPA) do Arquivo Nacional que teve um mandato universitário conferido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e, naquele período, o autor mencionou sobre a possibilidade de transferência para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); 2) a regulamentação da profissão, em que apontou a participação de Ástrea de Moraes; 3) o perfil dos profissionais dos arquivos, que eram lotados nesse setor contra a vontade, sem qualquer formação e revoltados por essa condição; outra situação desfavorável era a quantidade módica de arquivistas que, ainda assim, eram tratados com desatenção; além disso, havia diretores de arquivos recrutados dos mais diferentes setores profissionais por decisões políticas.

O autor demonstrou ainda três possibilidades para que a política brasileira de arquivos pudesse se desenvolver naquele período, sendo: a relevância em se preocupar com os arquivos correntes; atuação dos arquivistas nos arquivos, uma vez que, à época, os cargos de direção, coordenação e outros, não eram assumidos por arquivistas e sim por um vínculo político; e o terceiro fator era a necessidade da legislação na área sobre os arquivos.

Nilza Teixeira Soares ressaltou no artigo “Arquivos em sistemas nacionais de informação”, publicado na *Arquivo & Administração*, de dezembro de 1978, que a administração de arquivos diz respeito a acervo de valor histórico já recolhido ao arquivo permanente. A falta de uma política de arquivos correntes dificultava as tarefas peculiares da fase permanente – arranjo, descrição e uso. Fato esse que contribui para que os arquivos permanentes acabem sendo sobrecarregados com uma enorme massa de papéis sem nenhum valor.

O Mensário do ano de 1976, edição 6, abordou a *Reunião regional de expertos para o estudo do desenvolvimento dos arquivos nacionais da América Latina* realizada pela UNESCO.

⁴ Segundo Cotta, Della Porta e Morlino (2001, p. 151), um grupo de interesse “é um grupo de pessoas organizadas voluntariamente que utiliza recursos para influenciar decisões e políticas públicas”.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Nessa reunião, houve um ponto que ressaltou a criação de serviços técnicos e pontuou que, ao Arquivo Nacional central da nação, caberia a missão de Arquivo Histórico e formular política arquivística junto ao governo, assim como executá-la (Ban, 1976).

Também no Mensário, no ano de 1977, na edição 5, abordava o 9º Congresso de Biblioteconomia e Documentação que houve destaque para adoção de uma política nacional de informação para o Brasil que deveria ser executada por equipes interdisciplinares de um sistema nacional de informação que, integrando e coordenando os serviços que são específicos de cada tipo de biblioteca, centro de documentação e arquivo, poderia alcançar todos os setores da comunidade e todas as categorias de usuários (Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, 1977).

No estudo apresentado por Maria do Carmo Seabra Melo Fernandes 1979 quanto ao Sistema Nacional de Arquivo, na edição de setembro a dezembro de 1979 da revista Arquivo & Administração, a autora pontuou que a fixação da competência quanto ao exercício da política de arquivo não foi uma decisão tranquila, porquanto existiam as mais diversas e conflitantes correntes de pensamento. De acordo com a autora, não houve defensores da ideia de alocar a política de arquivos no Ministério da Educação e Cultura. O Ministério da Justiça e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) eram os indicados para alocar essa política.

Antes de Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco assumir a direção do Arquivo Nacional, em um trabalho intitulado "CPDOC – Fontes primárias condicionam formato institucional", no IV Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), ocorrido em 1979, ela e Célia Camargo de Simone apresentaram uma discussão e uma reflexão que, para as autoras, constituíam preocupações ou dificuldades que julgavam básicas, como subsídio para a definição e instalação de diretrizes de uma política adequada e viável para os arquivos no Brasil (Moreira Franco; Simone, 1979).

O Mensário do Arquivo Nacional publicou, entre os anos de 1970 a 1982, uma série de notícias que faziam alusão à política nacional de arquivos e política arquivística. Nos anos de 1980, por exemplo, o discurso da nova diretora do Arquivo Nacional, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, destacava a política nacional de arquivos como necessária para o país. O Relatório das atividades do Arquivo Nacional do exercício de 1981, publicado no ano de 1982, na edição 3, mencionou a necessidade desse arquivo ser dotado de autoridade para o seu exercício amplo de suas funções e a formulação, elaboração e implementação de uma

política nacional de arquivos. Além de apontar que com a implantação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) seria viabilizada a política nacional de arquivos. Já na edição 4, do mesmo ano, destacou-se a política arquivística posta em prática pelo Arquivo Nacional, por meio da administração de Raul do Rego Lima, diretor da instituição naquele período (Moreira Franco, 1982).

As discussões no cenário estadual do Brasil encontrada na edição 7, do ano de 1982, apontaram o plano de atividades do Arquivo Público do Rio Grande do Norte onde mencionava a política do sistema arquivístico estadual para o acesso às fontes documentais. Na edição 10, do mesmo ano analisado, o Mensário abordou o Seminário Latino-Americano sobre Arquivos Nacionais, com apoio da UNESCO e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o ministro da justiça à época referendou o anteprojeto da lei sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, encaminhando exposição de motivos à presidência da República. O relatório de atividades do Arquivo Nacional durante o exercício de 1982, apresentado na edição 12, ilustrou que essa instituição era responsável por irradiar uma política arquivística para o país e, também nessa edição, houve destaque para V CBA que foi encerrado com a decisão de implementar, com urgência, uma política nacional de arquivos com o objetivo de delinear soluções para os complexos problemas apresentados no Congresso.

Em 1985, Jardim escreveu um artigo nomeado “Política Nacional de Arquivos”, publicado na revista Arquivos e Documentos – Santa Catarina. Nesse trabalho, Jardim apresentou a atuação do Arquivo Nacional, daquele período, no que concerne à implantação do Sistema Nacional de Arquivos e ao apoio dessa instituição aos arquivos estaduais, uma vez que esses seriam participantes relevantes de uma política nacional de arquivos. Já no CBA de 1986, especificamente na apresentação de seus anais, foi destacada a necessidade de definição de uma política nacional de arquivos dotada de mecanismos institucionais e legais que propiciassem a sua real implementação.

Nos anais do Seminário “Bases para a implantação de um arquivo moderno – o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte”, Jardim (1990c) lembrou que seria equivocado prever a plena modernização do Arquivo Nacional sem uma política arquivística que envolvesse todos os demais serviços de arquivos governamentais. Isso significa dizer que seria o desafio do Arquivo Nacional e das demais instituições arquivísticas do Brasil superar um

modelo institucional do século XIX, ou seja, a visão dos arquivos como meros depósitos de massas documentais.

Notou-se que a gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco –teve grande influência para se refletir sobre as políticas públicas arquivísticas, apontada como política nacional de arquivos. Arreguy e Venâncio (2017) mencionaram que, assim que ela assumiu a direção do Arquivo Nacional, em 1980, houve a produção de um diagnóstico que apresentava a situação de abandono físico, a inadequação do órgão aos formatos mais modernos de administração pública, o total desconhecimento sobre a metodologia adotada em outros países e a incapacidade de reflexão sobre os erros técnicos que vinham sendo adotados, ano após ano, sem qualquer questionamento. Esse diagnóstico norteou as transformações pelas quais o Arquivo Nacional passou nos anos 1980. Nessa gestão, foi retomada a perspectiva de uma Lei de Arquivos.

Os relatórios produzidos no período de gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco apontavam problemas que se repetiam e todos eles tratam da legislação como um elemento central, porém, mais do que leis, era preciso um verdadeiro reconhecimento do papel social dos arquivos. Esse reconhecimento passa pela legislação, mas deveria ser profundamente ancorado em ações práticas como a garantia de infraestrutura aos arquivos para a implementação de fato de uma política arquivística (Arreguy; Venâncio, 2017).

Silva (1996) ressaltou que, em 1987, falava-se na implementação de sistemas de arquivos no âmbito dos órgãos públicos federais com o objetivo de garantir a eficiência dos serviços arquivísticos, visando à preservação e ao acesso às informações por eles geradas e armazenadas. O autor lembrou que no Relatório final da Comissão Especial de Preservação de Acervo Documental (CEPAD) foram encontradas informações sistematizadas em uma publicação sob o título “A importância da informação e do documento na administração pública brasileira”. Essa obra apresentava dados obtidos em levantamento realizado pelo Arquivo Nacional em órgãos públicos federais, os quais apontam os seguintes problemas: inexistência de política arquivística; carência de recursos financeiros; dispersão de acervo; inexistência de critérios de avaliação e transferência; baixo nível hierárquico dos serviços arquivísticos na estrutura organizacional; carência quantitativa e qualitativa de recursos humanos; tratamento técnico não orientado por métodos e técnicas; inexistência de padronização dos procedimentos e terminologia; inexistência de instrumentos básicos para a gestão documental (classificação de documentos, tabelas de temporalidade etc.); e baixo

índice de recuperação da informação. Além disso, Silva (1996) lembrou que o desenvolvimento da política arquivística, na esfera nacional, pautava-se cada vez mais em uma estratégia que combinasse a descentralização da guarda de acervos com a centralização e ampla disseminação de informações.

No II Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), Sousa (2006, p. 6) lembrou que “as primeiras tentativas de estabelecimento de uma política arquivística no Brasil remontam à criação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), em 1978”. De acordo com esse autor, a tentativa de uma política arquivística no Brasil apresentava algumas fragilidades. Dentre elas, destacou-se a inviabilização do estabelecimento de um programa de gestão de documentos, porque os arquivos correntes eram de responsabilidade de um outro sistema da Administração Pública Federal: o Sistema de Serviços Gerais (SISG). O universo desse sistema era formado pelos arquivos da Administração Pública Federal e pelos órgãos dos outros Poderes ou de outras esferas (estadual, municipal), que poderiam fazer parte por intermédio de convênios. O Arquivo Nacional era o órgão central e os órgãos setoriais seriam constituídos pelas unidades organizacionais incumbidas das atividades de arquivo intermediário da Administração Pública Federal. Vários fatores contribuíram para essa primeira versão do SINAR, mas indicavam a criação de uma Comissão Nacional de Arquivos, que teria como objetivo a formulação da política nacional de arquivos.

Em 2010, no XVI CBA, houve uma recomendação para que fosse elaborado um documento sobre a política nacional de arquivos, expressando-a como uma política de estado e apresentando elementos convergentes do que deve conter uma política.

Ao analisar o Dicionário de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional (2005) e o da Associação de Arquivistas de São Paulo (2012), não encontrou a definição do que seria uma política pública arquivística (categoria elencada para compreender suas dimensões neste atrigo). Exemplificando, assim, uma certa lacuna do conceito nos dicionários que são referência para área. Não se localizou o termo nos dicionários internacionais sendo o *Diccionario Lenguaje y Vocabulario Archivístico* – Antonia Heredia Herrera e na base *Multilingual Archival Terminology*, nessa última localizou-se apenas a palavra *policy*, definida como “um plano geral de alto nível, contendo um conjunto de princípios, abrangendo os objetivos gerais da organização e usado para basear as decisões” (ICA, 2010, tradução nossa).

Jardim (2006d, p. 5) afirmou que o tema das políticas públicas arquivísticas foi pouco aprofundado na literatura arquivística e acabou sendo reconhecido como associado a um

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

conjunto de prescrições que colidem diretamente com a dinâmica do mundo político. O autor destaca que “a política arquivística tende a ser muito mais uma peça de retórica do que uma realidade que se plasma a partir de princípios, ações e atores concretos”.

Vale ressaltar ainda que as políticas públicas arquivísticas não se restringem à legislação, mesmo que essa expectativa seja compreensível, visto que uma legislação adequadamente concebida pode ser um instrumento que auxilia a gestão, o uso, a preservação dos arquivos e o acesso. A efetividade dessa legislação torna-se comprometida caso não seja simultaneamente instrumento e objeto de uma política pública arquivística, como bem lembra Jardim (2006d).

Jardim (2010e) destacou que a noção de políticas públicas arquivísticas tem sido operada de uma maneira muito naturalizada, visto que se apresenta restrita a um discurso reiterado desde o fim do regime militar, nos anos de 1980 do século passado. Segundo ele, “a politização alcançada nos últimos vinte anos parece não ser suficiente para responder a novas questões colocadas pela sociedade e pelo Estado” (Jardim, 2010e, p. 7).

Considera-se relevante trazer a temática sobre as políticas públicas arquivísticas e como as discussões acerca delas apontam para terminologias diferentes na revisão realizada. No quadro abaixo, busca-se esclarecer as principais políticas encontradas na revisão de literatura.

Quadro 1– Tipos de políticas públicas arquivística na literatura arquivística

TERMOS	CONCEITO	PRODUTOR	COMPREENSÃO
Política pública arquivística	premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativo à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (Jardim, 2006b, p. 10).	Executivo (Federal, Estadual e Municipal) Legislativo (Federal, Estadual e Municipal) Judiciário e Sociedade Civil	Com abrangência de cada poder nas suas respectivas esferas.
Política nacional de arquivo	a definição e a adoção de um conjunto de normas e procedimentos técnicos e administrativos para disciplinar as atividades relativas aos serviços arquivísticos da administração pública, fato	Definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), segundo a Lei nº 8159, de 1991.	Com abrangência de todos os poderes e esferas. Deve ser definida pelo CONARQ, para todas as esferas e poderes da administração pública e da vida privada, sendo acompanhada pelo Arquivo Nacional.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

	esse que proporcionaria a melhoria dos arquivos públicos (Carpes; Castanho, 2011, p. 194).		
Política de arquivo	o estabelecimento das linhas de trabalho de determinado serviço arquivístico, público ou privado (Adão, 2017, p. 38). Um grupo de regras e procedimentos que as organizações arquivísticas usam para gerenciar as suas operações em geral. A chave aqui é o gerenciamento [...] (Duranti; Franks, 2015, p. 70, tradução nossa)	Governo/entidade/ Instituições/ serviços arquivísticos privados ou públicas	Similar a política arquivística devido ao governo e à entidade privada serem produtores da política.
Política brasileira de arquivo	Localizada em um texto de Esposel (1976) no III Congresso Brasileiro de Arquivologia. Concluiu-se ser uma política do âmbito nacional para os arquivos brasileiros. Para o autor, havia três possibilidades de desenvolver essa política, sendo: preocupação com os arquivos correntes, atuação dos arquivistas e necessidade de formular legislação para os arquivos.	Estado brasileiro e sociedade civil	Similar à política nacional de arquivo.
Política arquivística	As políticas arquivísticas não seriam exclusivas do Estado, dado que toda instituição, seja ela governamental ou privada, com ou sem fins lucrativos, deveria formulá-la e aplicá-la (Vázquez, 2015).	Governo/entidade/ Instituições/ serviços arquivísticos privados ou públicas	Similar à política de arquivo, devido ao governo e às entidades/instituições/serviços arquivísticos privados ou públicos serem produtores da política.

Fonte: Elaboração própria

A partir das leituras realizadas nos trabalhos desenvolvidos Souza (2006, p. 26, grifo nosso), compreendeu que a política pública arquivística poderia se materializar em um sistema de arquivos e se desmembrar em um programa de gestão de documentos, como a autora afirmou que as políticas públicas, “após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, **programas**, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar o levantamento bibliográfico e a revisão de literatura sobre a terminologia usada no Brasil, percebeu-se que não existe um período delimitado em que se começou a discutir as políticas públicas arquivísticas no Brasil e que suas dimensões são denominadas como: política pública arquivística; política nacional de arquivo (fortemente citada na literatura nacional pela necessidade de implementação); política de arquivo; política brasileira de arquivo; política arquivística. Notou-se que no periódico *Arquivo & Administração*, desde a década de 1970, período em que se iniciaram as atividades dessa revista, apresentavam-se discussões acerca das políticas, muitas vezes denominadas pelas cinco categorias apresentadas acima. Além de trazer experiências internacionais e dos congressos da área que, à época, falavam da necessidade de uma política arquivística. Nossa hipótese, a partir da revisão feita, foi de que a década de 1980 contribuiu para se pensar em políticas públicas, uma vez que, nessa década, iniciou-se o processo de reabertura, após longas décadas de regime militar, e a modernização do Arquivo Nacional. Isso pode ter auxiliado o desenvolvimento e o aprofundamento de reflexões sobre políticas públicas arquivísticas.

Observou-se que o tema estava sendo debatido em uma conjuntura que apresentava certo entusiasmo para pensar as políticas públicas para o Brasil, uma vez que o Estado de direito e a configuração de um regime democrático estavam sendo restaurados. Ademais, a efervescência de se discutir as públicas arquivísticas talvez se deva aos primeiros estudos da UNESCO e do ICA que, na década de setenta do século XX, lançaram uma compilação das leis nacionais de foro arquivístico, conforme lembrou Perdigão (2020).

Presume-se que o investimento em políticas públicas arquivísticas é vital para a construção da cidadania, tendo em vista a situação dos arquivos brasileiros. Às vezes, questiona-se o porquê de as políticas públicas arquivísticas serem relevantes para a construção e para a reafirmação da cidadania. Ao apresentar uma situação hipotética, mas frequente no âmbito público, é possível compreender melhor essa questão. Imagine, por exemplo, um processo licitatório para a aquisição de determinados insumos voltados à saúde de uma determinada localidade brasileira. Caso haja desconfiguração desse processo físico e digital, como um hospital conseguirá desenvolver suas atividades se não possuir medicamentos, luvas, seringas e outros? Precisa-se pensar, no entanto, que as políticas

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

públicas arquivísticas estão diretamente vinculadas ao cotidiano do cidadão, mesmo que ele não se reconheça como um ator dessas políticas.

REFERÊNCIAS

ADÃO, S. M. T. **1ª CNARQ**: a Conferência Nacional de Arquivos e a construção de uma política nacional para os arquivos brasileiros. 2017. 232f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

ARQUIVOS INTERMEDIÁRIOS E HISTÓRICO NO RIO GRANDE DO NORTE. Plano de atividades em 1982. **Mensário do Arquivo Nacional**, n. 7, p. 247-249, 1982. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005959&Pesq=Arquivo%20público%20de%20Mato%20Grosso&pagfis=5716>. Acesso em: 3 fev. 2025.

ARREGUY, C. A. C.; VENÂNCIO, R. P. Políticas públicas e legislação arquivística no Brasil. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/90924>. Acesso em: 14 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB). Editorial, **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, ano. 1, n. 0, p. 2, 1972a.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. I Congresso Brasileiro de Arquivologia. **Arquivo & administração**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 25, abr. 1973b.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARQ-SP). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. 3. ed. São Paulo: Quipu, 2012.128 p.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECÁRIOS. 9º Congresso de Biblioteconomia e Documentação. **Mensário do Arquivo Nacional**, n.5, p. 25-26, 1977.

BAN, E. Reunião regional de expertos para o estudo do desenvolvimento dos arquivos nacionais da América Latina realizada pela UNESCO. **Mensário do Arquivo Nacional**, Reportagem. ed. 6. p. 14, 1976.

BINKLEY, R. C. Strategic objectives in archival policy. **The American Archivist**, Chicago, v. 2, n. 3, p. 162-168, jul. 1939.

CARPES, F. S.; CASTANHO, D. M. A política nacional de arquivos na perspectiva das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 192-211, out./dez. 2011. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/issue/view/101>. Acesso em 10 nov. 2020.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

COTTA, M.; DELLA PORTA, D.; MORLINO, L. **Fondamenti di scienza política**. Bolonha: Il Mulino, 2001.

COUTURE, C. Rôle et champ d'application de la législation archivistique. **Ciberlegenda**, [S.l.], n. 1, 1998. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36736/21312>. Acesso em: 15 nov. 2020.

DURANTI, L.; FRANKS, P. C. **Encyclopedia of archival sciences**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2015.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. 14. ed. United Kingdom: Pearson Education, Inc., 2013.

ESPOSEL, J. P. P. A política brasileira de Arquivos. 3., 1976, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: 1976. p. 148-156.

FERNANDES, M.C.S. O Sistema Nacional de Arquivo. **Arquivo & Administração**. M. Rio de Janeiro, ano 7, n. 3, p. 7-15, set/dez. 1979.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual Archival Terminology**. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

JARDIM, J. M. Bases para a implantação de um arquivo moderno – o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *In*: SEMINÁRIO BASES PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM ARQUIVO MODERNO: O ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 1990c. 1 digitalização.

JARDIM, J. M. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. *In*: MATTAR, Eliana (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p.37-45, 2003a.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n.2, p. 5-16, jul./dez de 2006d.

JARDIM, J. M. **Políticas y sistemas de archives**. México: Secretaría General Iberoamericana: Red de Archivos Diplomáticos Iberoamericanos, 2010b.

JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). *In*: BAD ACTAS CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTA, 10., 2010e, Guimarães. **Anais [...]**. Guimarães: BAD, 2010. p. 1-7. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/11>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LIMA, R. Relatório de atividades do ano de 1974. **Mensário do Arquivo Nacional**, n. 3, p. 1-81, 1975.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

GUNNAR MENDOZA. Relatórios sobre as atividades do VIII Congresso Internacional de Arquivos e do Seminário Interamericano sobre Cooperação Regional para o desenvolvimento de arquivos Washington, 27 de set. a 1 de out. 1976. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 9-29, dezembro de 1976

MOREIRA FRANCO, C. A. P. Relatório de Atividades do Arquivo Nacional 1982. **Mensário do Arquivo Nacional**, n. 12, p. 399-422, 1982.

MOREIRA FRANCO, C. A. P.; SIMONE, C. C. CPDOC - Fontes primárias condicionam formato institucional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 4., 1979, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979. p. 148-156.

PERDIGÃO, M. M. D. **O lugar dos arquivos nas políticas públicas portuguesas (1976-2019)**. 2020. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

SILVA, J. A. A política nacional de arquivos: a ação do arquivo nacional e do conselho nacional de arquivos. **Ágora**, Vitória, n. 7, p. 102-123, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13084>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SILVA, L. C.; VENÂNCIO, R. P. A identificação da política arquivística como política de informação: os arquivos públicos municipais da Região Metropolitana de Vitória – ES. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. **Anais [...]** Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102223>. Acesso em: 29 nov. 2020.

SOUSA, R. T. O arquivista e as políticas públicas arquivísticas. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, 2006, p. 1-18.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 05 fev. 2018.

TOURINHO, N. Arquivo Nacional. **Mensário do Arquivo Nacional**, n. 1, p. 19-21, 1972.

VÁZQUEZ, M. Hacia una política archivística. *In*: ANDRADE, A. C. N. (Org.) **Archivos y documentos: textos seminales**. São Paulo: ARQ-SP, 2015. p. 94-113.